

PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL (2003-2021)

OVERVIEW OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION ON SPECIAL EDUCATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION (2003–2021)

PANORAMA DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA SOBRE LA EDUCACIÓN ESPECIAL EN LA EDUCACIÓN INFANTIL (2003–2021)

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Michele Padilla Pedroso Vigari
Universidade de Sorocaba

João Henrique da Silva
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Artigo recebido em: 25/03/2025

Aprovado em: 07/11/2025

Resumo: O presente artigo visa a analisar a produção científica sobre a Educação Especial na Educação Infantil, buscando compreender o panorama das pesquisas relativas às crianças da Educação Especial que frequentam creches e pré-escolas públicas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio de análise bibliométrica e de conteúdo, tendo como fonte de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Os resultados evidenciaram uma produção expressiva sobre a temática na contemporaneidade e na área da Educação, envolvendo diversos pesquisadores de distintas universidades brasileiras, especialmente públicas e localizadas na região Sudeste. Os temas centrais das pesquisas são variados, com ênfase nas políticas de inclusão e nas práticas pedagógicas. Conclui-se que a produção científica acerca da interface entre Educação Especial e Educação Infantil tem contribuído para o debate atual, apresentando recomendações, problematizações e proposições de ordem política e pedagógica.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Infantil. Análise Bibliométrica.

Abstract: This article aims to analyze the body of scientific literature on Special Education in Early Childhood Education, with a focus on understanding the research landscape concerning children who are the target audience of Special Education and who attend daycare and preschools. This is a bibliographic study based on bibliometric and content analysis, drawing on data from the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, maintained by the Brazilian Institute for Information in Science and Technology. Research on this topic in the field of Education includes work by many scholars from different Brazilian universities, especially public institutions in the Southeast region. The central themes addressed in these studies are varied, with a particular emphasis on inclusion policies and pedagogical practices. The study concludes that the academic production on the interface between Special Education and Early Childhood Education has significantly contributed to ongoing debates, offering recommendations, critical reflections, and proposals of both political and pedagogical nature.

Keywords: Special Education. Early Childhood Education. Bibliometric Analysis.





Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar la producción científica sobre la Educación Especial en la Educación Infantil, con el propósito de comprender el panorama de las investigaciones relacionadas con niñas y niños que forman parte del público objetivo de la Educación Especial y que asisten a guarderías y jardines de infancia. Se trata de una investigación de carácter bibliográfico, realizada mediante análisis bibliométrico y de contenido, teniendo como fuente de datos la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones, del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología. Los resultados evidencian una producción significativa sobre la temática en la contemporaneidad y en el campo de la Educación, que involucra a diversos investigadores de distintas universidades brasileñas, especialmente públicas y localizadas en la región Sudeste del país. Los temas centrales de las investigaciones son diversos, con énfasis en las políticas de inclusión y en las prácticas pedagógicas. Se concluye que la producción científica en torno a la intersección entre Educación Especial y Educación Infantil ha contribuido al debate actual, presentando recomendaciones, problematizaciones y propuestas de orden político y pedagógico.

Palabras clave: Educación Especial. Educación Infantil. Análisis Bibliométrico.

INTRODUÇÃO

O presente texto versa sobre o panorama da produção acadêmica relacionada à temática da interface entre a Educação Especial e a Educação Infantil. Em outras palavras, trata-se de uma espécie de fotografia das pesquisas realizadas no Brasil acerca dessa temática.

A inclusão na Educação Infantil é um tema cada vez mais presente nas formações e pesquisas, especialmente na interface com a Educação Especial, conforme apontam Bruno e Nozu (2019). As políticas de inclusão apresentam diferentes contornos, tensões, possibilidades e desafios que são urgentes em diversos contextos da realidade brasileira.

Apesar de vários estudiosos terem promovido o debate sobre a inclusão na Educação Infantil, como Bruno (2008; 2010), Bridi e Meirelles (2014), Nunes (2015) e Silva (2017), as produções acadêmicas sobre o tema não esgotaram a discussão.

Carvalho e Schmidt (2021) analisaram na literatura científica, por meio das bases da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), PsycINFO, Education Resources Information Center (ERIC) e Web of Science (WoS), o conjunto de práticas educacionais inclusivas de dimensão processual para a Educação Infantil, em contextos escolares que apresentaram indícios de efetividade e/ou eficácia entre 2009 e 2019.

As autoras concluíram que há poucos estudos sobre práticas educacionais inclusivas, sejam elas aplicadas antes, durante e após qualquer atividade de ensino dirigida, ou ao longo de todo o período de permanência da criança na escola. A escassez de produção científica nesse campo pode estar relacionada à dificuldade de realizar estudos empíricos bem fundamentados, financiados por agências de fomento à pesquisa. Além disso, na Educação Infantil, ainda prevalece uma ênfase significativa em atividades de cuidado e socialização livre, o que pode contribuir para a menor atenção dedicada à investigação sobre inclusão (Carvalho; Schmidt, 2021).

Essa realidade nos faz pensar sobre os estudos sobre as deficiências realizados por Vigotski (2019), no qual destacou a necessidade de uma educação social que considere tanto os aspectos psicológicos quanto pedagógicos das crianças com deficiência, pois a educação possibilita que as crianças evoluam, aprendam e se tornem autônomas.



A Educação Infantil é um espaço de aprendizado para que todas as crianças, com ou sem deficiência, possam desenvolver suas potencialidades, tendo oportunidades para explorar, brincar, socializar e aprender de forma plena. Nessa etapa, há a estimulação precoce que se refere a um conjunto de intervenções realizadas nos primeiros anos de vida da criança, especialmente para aquelas com algum tipo de atraso no desenvolvimento, com o objetivo de favorecer seu crescimento global: físico, emocional, cognitivo e social.

Na Educação Infantil, assim como na estimulação precoce, o principal objetivo é promover o desenvolvimento global da criança, ou seja, favorecer seu crescimento físico, cognitivo, emocional e social de forma integrada. Acredita-se que, quanto mais ricos e variados forem os estímulos oferecidos nos primeiros anos de vida, maiores serão as oportunidades de aprendizagem e construção de habilidades essenciais para a vida (Borges, 2016).

Tendo presente a importância do estudo dessa temática, problematiza-se: como se encontra a configuração da produção científica relacionada à Educação Especial na Educação Infantil, no âmbito de teses e dissertações, nos programas de pós-graduação no Brasil?

O objetivo foi analisar a produção científica sobre a Educação Especial na Educação Infantil, buscando compreender o panorama das pesquisas relativas à educação escolar de crianças com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação que frequentam creches e pré-escolas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica apoiada em análise bibliométrica e análise de conteúdo. Os trabalhos foram coletados na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Inicialmente, o artigo apresenta o percurso metodológico da pesquisa e, posteriormente, os resultados obtidos com os indicadores bibliométricos e as análises das temáticas dos trabalhos realizados sobre a Educação Especial na Educação Infantil.

Espera-se que este trabalho promova novos estudos na área da Educação Especial na Educação Infantil, especialmente focados em bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas que frequentam creches na rede pública de Educação.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica consistiu em um levantamento de dissertações e teses para conhecer o panorama da produção científica relacionada à Educação Especial na Educação Infantil.

Na revisão literária realizada por Santana e Maekawa (2023), com o objetivo de analisar os fatores que influenciam a inclusão de crianças pequenas, público-alvo da Educação Especial, na Educação Infantil, destacou-se que a quantidade de estudos nessa área ainda é insuficiente, “reduzido se comparada a outros níveis de ensino e que se dá a entender que o reconhecimento dessa etapa como etapa integrante do Ensino Básico ainda se encontra em construção” (Santana; Maekawa, 2023, p. 61).

Como procedimento metodológico, foram adotadas a pesquisa bibliométrica e a análise de conteúdo. A pesquisa bibliométrica possibilita a tarefa de analisar a atividade científica sobre um determinado tema, que, no contexto deste estudo, está relacionado à Educação Especial e à Educação Infantil. O levantamento dos trabalhos foi feito na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que consiste em um repositório digital que permite o refinamento da coleta.



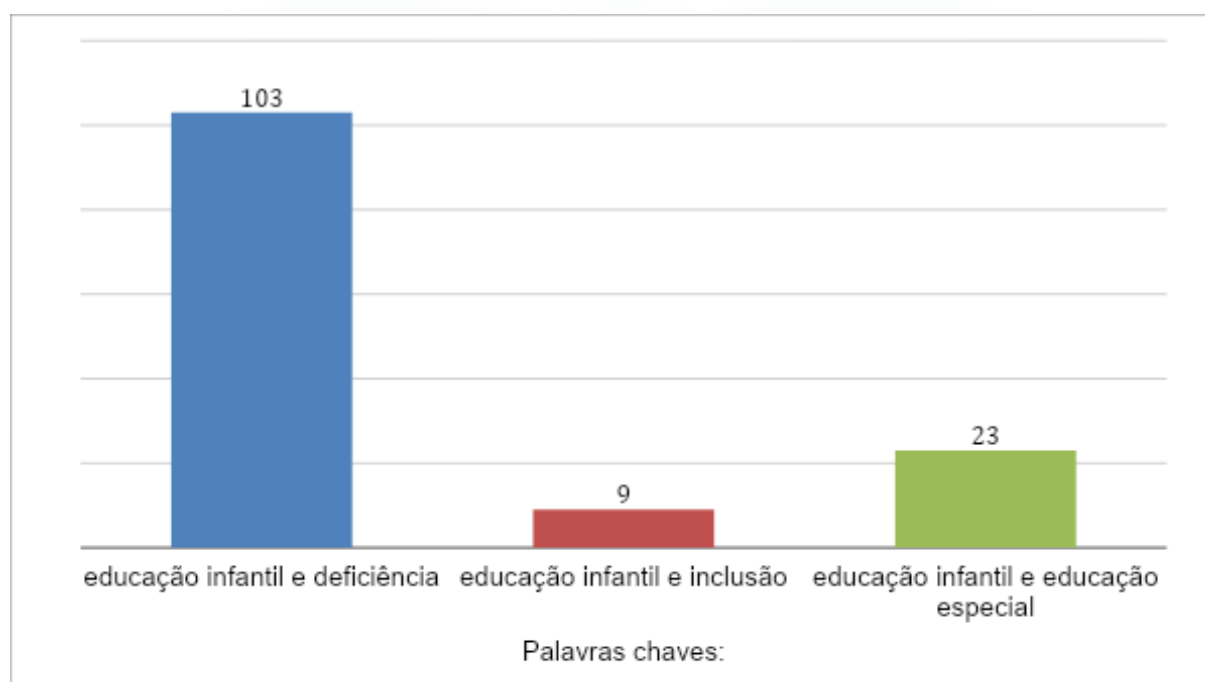
Já a abordagem bibliométrica é uma técnica que analisa as publicações em livros, relatórios e artigos para quantificar, analisar e avaliar as produções acadêmicas, de acordo com o objetivo da pesquisa (Ribeiro, 2017). Tal procedimento contribui para mapear um campo específico, examinando a pesquisa acadêmica e investigando um campo científico (Silva; Santos, 2020).

A pesquisa utilizou os seguintes descritores, organizados em três processos de levantamento bibliográfico: "educação infantil e deficiência", "educação infantil e inclusão" e "educação infantil e educação especial". Todos os termos fazem parte do vocabulário controlado do Thesaurus Brasileiro da Educação. O levantamento inicial, realizado entre os meses de maio e outubro de 2022, identificou 309 trabalhos (teses e dissertações) relacionados à interface entre Educação Infantil e Educação Especial.

Após esse levantamento inicial foram adotados critérios de inclusão e exclusão para selecionar os estudos que atendiam aos objetivos da pesquisa. Os critérios de inclusão foram: trabalhos que discutissem a Educação Infantil para o público da Educação Especial; temas relacionados à educação escolar de crianças com deficiência que frequentam creches ou pré-escolas. Os critérios de exclusão incluíram: registros duplicados; trabalhos não disponíveis no repositório das universidades; assuntos não referentes às crianças público-alvo da Educação Especial e aqueles que não se encaixavam no escopo da pesquisa.

O *corpus* documental resultou em 135 trabalhos a serem analisados. A quantidade de publicações coletadas com o uso dos diferentes descritores pode ser observada na Figura 1. Com os descritores "educação infantil e educação especial", foram encontrados 23 estudos; com "educação infantil e inclusão", nove estudos; e com "educação infantil e deficiência", 103 estudos. Esses dados indicam que a discussão sobre crianças com deficiência é mais prevalente na Educação Infantil, focando mais no sujeito/objeto do que no campo teórico e científico da Educação Especial.

Figura 1 – Distribuição dos descritores para pesquisa de publicações sobre Educação Infantil e Educação Especial (2003-2021)



Fonte: IBICT (2022). Elaboração própria.



Após a coleta, os dados foram catalogados no protocolo de registro de dados bibliométricos (Hayashi, 2014), utilizando o *software* Excel, conforme os seguintes indicadores: termos de busca, tipo de documento, perfil dos autores, perfil dos orientadores, nível acadêmico, configuração temporal, institucional e regional, além de identificar os temas, objetivos e resultados das pesquisas. O título, os resumos e as palavras-chave dos trabalhos permitiram extrair as informações necessárias, assim como os elementos pré-textuais das dissertações e teses.

Para codificar os dados, foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin, 1979), que possibilitou a investigação dos temas dos trabalhos. A codificação do material traduz a representação dos objetos analisados, transformando os dados em unidades e permitindo visualizar o conteúdo de cada característica (Bardin, 1979).

Essa técnica promove a investigação do objeto e do problema de pesquisa, trazendo uma percepção de como as questões da Educação Especial na Educação Infantil estão sendo estudadas nos programas de pós-graduação brasileiro. Acrescenta-se que a interpretação dos dados foi baseada na literatura da área de Educação Especial.

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Especial é uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996). Ela prevê, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às singularidades do seu público (Brasil, 1996).

Um dos serviços de apoio é a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no qual o professor especialista identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de eliminar as barreiras que dificultam a plena participação dos alunos no processo de aprendizagem, respeitando as suas necessidades específicas (Brasil, 2008).

O trabalho no AEE exige sensibilidade, planejamento e conhecimento técnico para adaptar materiais, metodologias e estratégias de ensino que favoreçam a inclusão de todos. O atendimento atua de forma complementar e/ou suplementar à formação escolar, promovendo o desenvolvimento da autonomia e da independência dos alunos, tanto no ambiente escolar como na sua vida cotidiana, contribuindo para uma educação equitativa e inclusiva (Brasil, 2008).

A modalidade de Educação Especial assegura, entre outros princípios, o acesso ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados da educação. Prevê, ainda, sua transversalidade em todos os níveis, etapas e modalidades, a formação de professores para o AEE e dos demais profissionais da educação para a inclusão, a participação da família e da comunidade, a consideração das múltiplas dimensões da acessibilidade e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Esses princípios e diretrizes estão estabelecidos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de quatro meses até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).



Nesse período na creche, a criança passa a vivenciar um ambiente estruturado, com regras, horários e atividades planejadas em contexto educativo. Ainda que esse ambiente seja acolhedor, ele substitui temporariamente o convívio constante com os pais ou cuidadores, o que pode representar um desafio emocional (Vígari, 2016).

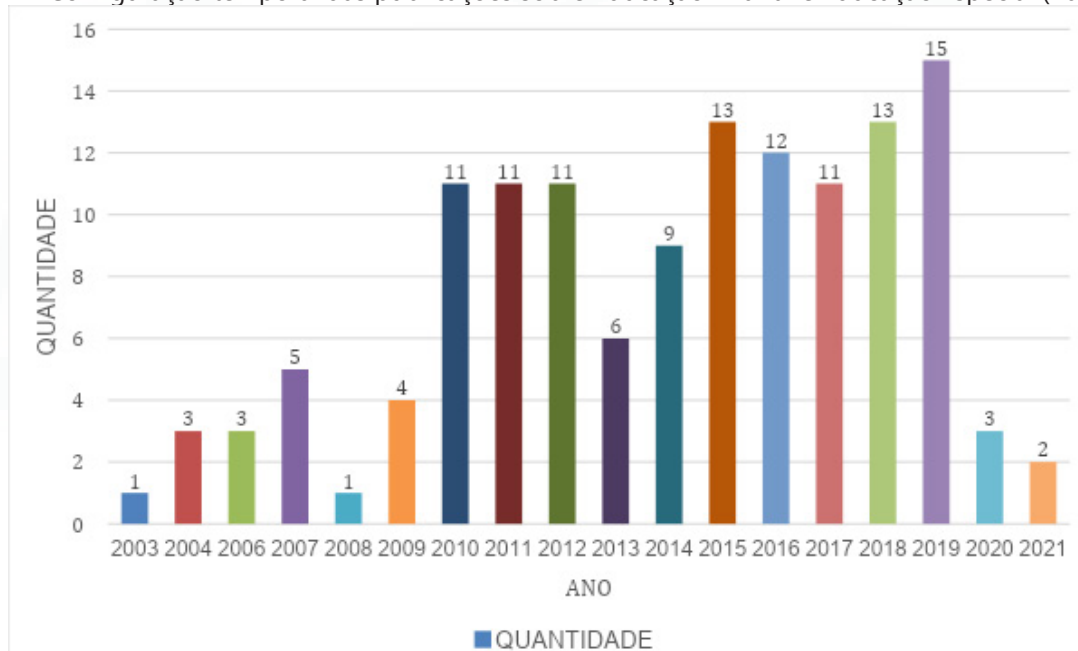
Por passarem muitas horas diárias nesse espaço, as crianças constroem vínculos afetivos com os educadores, que passam a ocupar o lugar de figuras de referência. Tais vínculos são fundamentais, mas também podem gerar certa dependência emocional, especialmente quando a separação da família é vivenciada com dificuldade. Ao mesmo tempo, o ambiente da Educação Infantil oferece ricas oportunidades para o desenvolvimento da autonomia, pois a criança aprende a tomar pequenas decisões, a lidar com conflitos, a comunicar-se e a construir sua identidade fora do núcleo familiar. Assim, a Educação Infantil não se configura apenas como um espaço de cuidado, mas como um contexto educativo fundamental para o desenvolvimento integral e saudável da criança (Vígari, 2016).

A oferta de Educação Especial tem início na Educação Infantil e estende-se ao longo da vida. Desse modo,

[...] desde seu nascimento, o direito à educação, com garantia de Atendimento Educacional Especializado (AEE) àquelas com deficiência — e os dez anos da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva — que enfatiza a inclusão escolar de meninos e meninas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação —, torna-se oportuna uma análise crítica da política de inclusão na primeira etapa da Educação Básica brasileira (Bruno; Nozu, 2019, p. 687).

Diante da relevância da temática, o presente estudo baseou-se em uma análise bibliométrica de 135 produções acadêmicas desenvolvidas ao longo de 18 anos, no período de 2003 a 2021, sobre a Educação Especial na Educação Infantil. Quanto ao nível das produções, identificaram-se 105 dissertações e 30 teses. Entre as dissertações, três foram elaboradas em programas de mestrado profissional, nas áreas de Educação Profissional, Direito e Arquitetura. A figura 2, a seguir, apresenta o fluxo dessas produções, evidenciando a expressividade da produção acadêmica sobre o tema no período analisado.

Figura 2 – Configuração temporal das publicações sobre Educação Infantil e Educação Especial (2003-2021)



Fonte: IBICT (2022). Elaboração própria.

O primeiro registro de trabalho na BDTD/IBICT que discute a relação entre Educação Infantil e Educação Especial data de 2003, com a defesa da tese de Carla Cilene Baptista da Silva no Doutorado em Psicologia da Universidade de São Paulo, intitulada “O lugar do brinquedo e do jogo nas escolas especiais de educação infantil”, sob orientação da professora Dra. Edda Bomtempo. A pesquisa de Silva (2003) investigou o brincar de crianças com deficiência mental em escolas especiais de Educação Infantil, sugerindo que, desde a primeira infância, esses alunos frequentavam instituições especializadas em vez de creches e pré-escolas regulares.

A temática da Educação Especial na Educação Infantil teve início tímido em 2003, com o trabalho citado, mas apresentou crescimento progressivo ao longo dos anos. Entre 2010 e 2012, observou-se um aumento significativo nas publicações, seguido por uma leve queda em 2013 e 2014. No entanto, de 2015 a 2019, houve um crescimento expressivo, antes de uma acentuada queda em 2020, possivelmente relacionada ao impacto da pandemia de covid-19.

A média de publicações ao longo dos 18 anos analisados foi de aproximadamente 7,5 por ano, o que revela uma discussão contínua e persistente no campo. Todavia, o tema já foi suficientemente explorado ou ainda há lacunas importantes a serem investigadas? Este estudo se propõe a discutir justamente essa questão, considerando a complexidade do campo e os desafios ainda presentes na realidade educacional brasileira.

Conforme apresentado na figura 2, até o ano de 2003 não se identificavam estudos específicos sobre a relação entre Educação Especial e Educação Infantil, o que evidencia a constituição recente e a especificidade desse campo de investigação, atualmente em contínua expansão. A Educação Infantil em 2003 ainda não era obrigatória, mas tão somente o Ensino Fundamental, conforme a Lei n. 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Essa legislação prevê que o dever do Estado com a educação escolar pública seria efetivado mediante uma das seguintes garantias: “atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1996). O município seria responsável por oferecer essa etapa, porém, nem todos recebiam verbas suficientes para criar e manter novas vagas.

Até 2003, a matrícula de crianças com deficiência na Educação Infantil estava muito dispersa e predominantemente concentrada em instituições privadas assistenciais, por meio de convênios e consórcios com as prefeituras municipais. Como salientam Bruno e Nozu (2019, p. 693), até 2008 havia “[...] ausência de políticas específicas para essa faixa etária, a ausência de transporte, a dependência das famílias e do poder público das instituições filantrópicas”.

O direito à educação das crianças na Educação Infantil começou a ser modificado significativamente com a Política Nacional de Inclusão Escolar defendida pelo Governo Lula (2003-2010), que instaurou uma ampla discussão entre todos os entes federativos.

A importância da Educação Infantil como parte da Educação Básica foi consolidada pela Lei n. 12.796, de 2013, que alterou a redação do art. 4º da LDBEN para prever que a educação básica obrigatória e gratuita abrange dos 4 aos 17 anos de idade (Brasil, 2013). Essa mesma lei alterou o inciso II do mesmo artigo para assegurar a gratuidade da Educação Infantil para crianças de até 5 anos de idade. No entanto, isso não garantiu a obrigatoriedade para crianças de até 3 anos e 11 meses, ou seja, aquelas que se encontram em creches. As crianças da pré-escola, a partir dos 4 anos de idade, têm a obrigatoriedade e gratuidade garantidas pelo poder público, conforme a Emenda Constitucional n. 59, de 2009.





A Educação Especial tornou-se uma modalidade de ensino com a LDBEN de 1996. Em 2001, foram publicadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DNEE), como um documento de recomendações aos sistemas de ensino para a elaboração de normas para atender à população com necessidades educacionais especiais (Brasil, 2001). Essas diretrizes visavam a operacionalizar a oferta de Educação Especial desde a faixa etária de 0 a 6 anos, durante a Educação Infantil, conforme previsto na LDBEN em sua redação de 1996.

As DNEE, em seu art. 1º, propõem fornecer orientações para a “educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades” (Brasil, 2001, p. 1). As diretrizes também estabelecem que

[...] o atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (Brasil, 2001, p. 1).

Desse modo, essas diretrizes organizaram a possibilidade de uma articulação explícita entre Educação Especial e Educação Infantil, o que foi representado pela publicação de pesquisas a partir do ano de 2003 e com oscilações nos anos subsequentes.

Todavia, as diretrizes acima mencionadas, no que atine à Educação Infantil, não aprofundaram

[...] questões de âmbito político, de organização do sistema e da elaboração de projetos pedagógicos inclusivos. Contraditoriamente, enquanto orientava a matrícula de estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) nas escolas comuns da rede regular de ensino, mantinha a possibilidade do AEE substitutivo à escolarização em escolas e classes especiais (Bruno; Nozu, 2019, p. 689).

Em 2006, o Ministério da Educação (MEC) lançou a “Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação”, que estabeleceu, entre seus objetivos, a garantia de acesso das crianças com necessidades educacionais especiais às instituições de Educação Infantil, bem como a formação continuada de professores para promover a inclusão dessas crianças em creches e pré-escolas (BRASIL, 2006).

Somente em 2008 foi publicada a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pelo MEC. Tal política teve como uma de suas finalidades garantir a “transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior” (Brasil, 2008, p. 14). Inclusive, o documento orientador explica que

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. **Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce** que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (Brasil, 2008, p. 16, grifo nosso).



Em 2009, foi publicada a Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Essa resolução mencionou apenas uma vez as crianças com deficiência, no artigo 8º, parágrafo 1º, ao tratar das propostas pedagógicas para as instituições de Educação Infantil, que, *in casu*, deveriam assegurar: “VII – a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (Brasil, 2009, p. 3). Por um lado, representou um avanço; por outro, deixou lacunas importantes no que se refere ao AEE e à estimulação precoce. Essa proposta sequer foi mencionada.

Essas mudanças ajudam a explicar o renovado interesse na realização de dissertações e teses a partir de 2008, com novo impulso em 2013, quando ocorreram alterações na LDBEN. Novas modificações foram introduzidas pela Lei n. 13.362 de 2018, que ajustou a Lei n. 9.394 para abordar a educação e aprendizagem ao longo da vida. Especificamente, alterou a redação do art. 58, parágrafo 3º, para o seguinte: “A oferta de educação especial, nos termos do *caput* deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei” (Brasil, 2018).

Bruno e Nozu (2019) constataram, com base em indicadores educacionais, que entre 2007 e 2017, a política de inclusão influenciou significativamente a evolução das matrículas de crianças público-alvo da Educação Especial em classes e escolas comuns no âmbito da Educação Infantil, revertendo a lógica anterior, que concentrava matrículas em classes e escolas especiais.

Essas alterações legislativas impactaram a organização das redes de ensino, promovendo mudanças nas políticas educacionais de diferentes entes federativos, bem como na formação de professores, currículos e práticas pedagógicas em diversos contextos escolares (Bruno; Nozu, 2019).

Embora isso tenha suscitado mudanças, ainda há desafios, como a “[...] implementação de serviços e programas para o atendimento às necessidades específicas na educação infantil e programas de intervenção educacional precoce, apoio e suporte às famílias, ensino de libras e braile aos pequenos e suas famílias” (Bruno, 2010, p. 11).

No que se refere à configuração de autores e orientadores, observa-se uma ampla diversidade de pesquisadores atuando na temática. No entanto, poucos deram continuidade às suas investigações ao longo do tempo. Dos 135 trabalhos analisados, foram identificados apenas quatro autores que mantiveram uma trajetória consistente de pesquisa na área: Danielli Galda Marins, Gabriely Cabestré Amorim, Melina Chassot Benincasa Meirelles e Patrícia Pafaro Gomes Anhão.

Quanto à orientação, os estudos foram supervisionados por 25 professores pesquisadores. Dentre eles, destacam-se as contribuições significativas dos orientadores: Sonia Lopes Victor (Ufes), Débora Deliberato (Unesp), Rosângela Gavioli Pietro (USP) e Cláudio Roberto Baptista (UFRGS), que são referências na área da Educação Especial, conforme visualizado na Tabela 1.

**Tabela 1** – Distribuição de professores que orientaram pesquisas mais de uma vez

Orientador(a)/Instituição	Quantidade de orientações	Total de orientações
Sonia Lopes Victor (Ufes)	8	8
Débora Deliberato (Unesp) e Rosângela Gavioli Pietro (USP)	4	8
Claúdio Roberto Baptista (UFRGS)	3	3
Anna Augusta Sampaio de Oliveira (Unesp), Decio Brunon (Mackenzie), Dulcéria Tartuci (UFG), Enicéia Gonçalves Mendes (UFSCar), Fabiana Cia (UFSCar), Fabiane Adela Tonetto Costas (UFSM), Fátima Elisabeth Denari (UFSCar), Ivone Martins de Oliveira (Ufes), Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade (Unesp), Luzia Guacira dos Santos Silva (UFRN), Maria Luiza Guillaumon Emmel (UFSCar), Maria Marta Lopes Flores (UFG), Maria Stella Coutinho Alcântara Gil (UFSCar), Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho (UFMA), Marie Claire Sekkel (USP), Rita de Cássia Tibério Araújo (Unesp), Rita Vieira de Figueiredo (UFC), Rogério Drago (Ufes), Rosalba Maria Cardoso Garcia (UFSC), Rosana Carla do Nascimento Givigi (UFS), Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo (Unesp)	21	42
Total	36	61

Fonte: IBICT (2022). Elaboração própria.

Quanto ao perfil de gênero dos autores, identificaram-se 103 pessoas do sexo feminino e 32 do sexo masculino, o que evidencia a predominância feminina na produção acadêmica, refletindo o processo de feminização do magistério no Brasil. Até os últimos anos do século XIX, a docência era majoritariamente exercida por homens, em consonância com a estrutura patriarcal da sociedade da época. Com o tempo, as mulheres passaram a ocupar espaços na profissão docente, inicialmente de forma restrita, voltada à instrução de moças oriundas de famílias abastadas. Essa educação, contudo, não tinha como finalidade principal a formação intelectual ou profissional das mulheres, mas sim o desenvolvimento de habilidades domésticas e sociais, com o objetivo de prepará-las para o casamento e a vida no lar. A inserção feminina no magistério, portanto, foi marcada por limitações impostas pelos papéis tradicionais de gênero, ainda que tenha evoluído progressivamente até alcançar uma presença majoritária nas salas de aula (Lima, 2020).

Na Educação Especial e na Educação Infantil, o corpo docente é constituído, em sua maioria, por professoras. No Ensino Superior, é possível observar o fenômeno da feminização, porque há 136 pesquisas orientadas pelo sexo feminino e 14 pelo sexo masculino, considerando a frequência de participação dos orientadores.

A pesquisa de Lima e Silva (2021, p. 212) objetivou “investigar a feminização do magistério e as perspectivas das professoras da rede municipal de ensino de Sorocaba, buscando compreender o que é ser mulher na contemporaneidade e como isso reflete na sua prática pedagógica na relação cuidar e educar”. Os autores constataram que o perfil dos profissionais que atuavam na Educação Infantil era, em sua grande maioria, composto por mulheres, casadas, formadas em Pedagogia e com bastante tempo de experiência na educação escolar. Evidenciaram, ainda, que a relação entre cuidar e educar na Educação Infantil é frequentemente considerada mais adequada para mulheres, devido à representação da mulher como maternal e especialista em cuidado (Lima; Silva, 2021). Esse estereótipo se acentua ainda mais quando se trata de crianças com deficiência educadas por professoras, reforçando a ideia de que mulheres cuidam melhor desse público, frequentemente ignorando o aspecto pedagógico da Educação Infantil.

Em relação à dependência administrativa, os trabalhos analisados foram desenvolvidos em 30 Instituições de Ensino Superior (IES), das quais 23 são públicas e sete privadas, o que demonstra a predominância das instituições públicas na pesquisa sobre essa temática. O financiamento dessas



IES está atrelado às políticas públicas, com destaque para o investimento em pesquisa científica, área na qual as universidades públicas apresentam maior estruturação e organização.

Especificamente em relação às IES, a tabela 2 mostra que a temática em questão foi significativamente abordada nas seguintes universidades: UFSCar, Unesp, Ufes e USP, principalmente devido aos trabalhos orientados por professores especializados na área da Educação Especial. Há também contribuições importantes das IES, tais como: UFRN, UFRGS, UnB, UFG, UFSM, UFMA e UFPR.

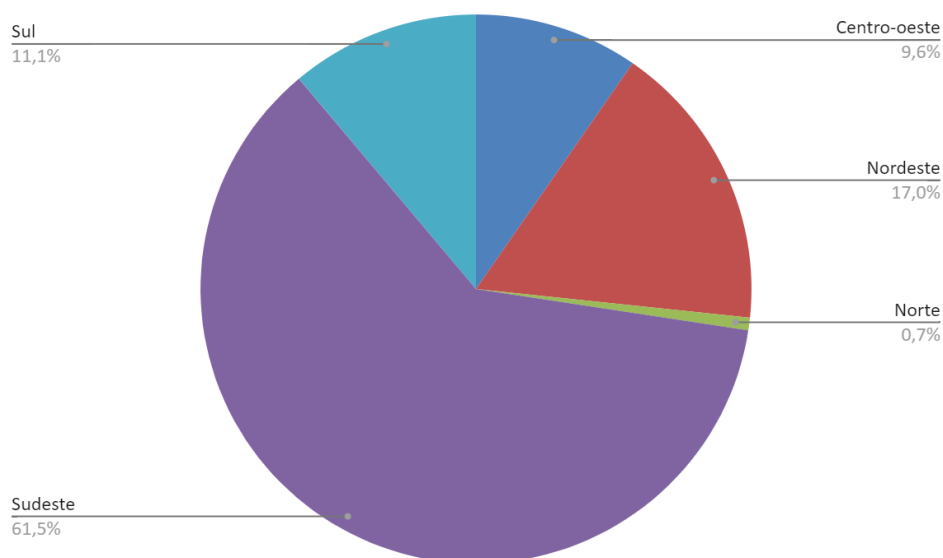
Tabela 2 – Configuração institucional dos trabalhos

Instituições de Ensino Superior (IES)	Quantidade de trabalhos
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (n=2)	22
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) (n=20)	20
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) (n=15)	15
Universidade de São Paulo (USP) (n=11)	11
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (n=7)	14
Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Goiás (UFG) (n=5)	10
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Paraná (UFPR) (n=4)	12
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie) (n=3)	9
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de Sergipe (UFS) (n=2)	12
Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade de Fortaleza (Unifor), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Metodista de São Paulo (Metodista) (n=1)	10
30 IES	135

Fonte: IBICT (2022). Elaboração própria.

No que concerne às regiões do país nas quais se localizam as instituições, observa-se a seguinte distribuição (figura 3).

Figura 3 – Distribuições dos trabalhos por regiões do Brasil (2003-2021)



Fonte: IBICT (2022). Elaboração própria.



A figura 3 revela que a região Sudeste concentra a maioria dos estudos sobre a temática, com 83 trabalhos, seguida pelo Nordeste com 23, Sul com 15, Centro-Oeste com 13, e Norte com apenas um estudo. De modo geral, todas as regiões do país contam com, ao menos, um trabalho. É notável que o Nordeste, apesar de ter menos programas de pós-graduação em comparação com a região Sul, apresentou uma participação mais significativa no tema. A mesma observação se aplica à região Centro-Oeste.

Em relação às áreas dos programas das universidades, a tabela 3, a seguir, mostra que a produção acadêmica no Brasil se concentra majoritariamente na área da Educação, seguida pela Educação Especial. Outras áreas, como Saúde e Ciências Sociais Aplicadas, também se fizeram presentes, demonstrando que o tema atrai pesquisadores de diferentes campos do conhecimento.

Tabela 3 – Áreas dos programas de pós-graduação (PPG) dos trabalhos

Áreas dos programas de pós-graduação (PPG)	Quantidade
Programa de Pós-Graduação em Educação	89
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial	20
Programa de Pós-Graduação em Psicologia	9
Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento	3
Programa de Pós-graduação em Enfermagem	3
Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas	2
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde	2
Programa de Pós-Graduação Ciências Odontológicas Aplicadas	1
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo	1
Programa de Pós-Graduação em Direito e Garantias Fundamentais	1
Programa de Pós-Graduação em Educação Física	1
Programa de Pós-Graduação em Saúde da Comunidade	1
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional	1

Fonte: IBICT (2022). Elaboração própria.

As produções defendidas nesses programas apresentam 16 temas centrais, organizados na Tabela 4, os quais evidenciam distintas ênfases e abordagens em relação à Educação Infantil e às crianças com deficiência.

Tabela 4 – Autores e temas centrais investigados

Autores	Temas	Quantidade de trabalhos
Rabelo (2014), Anhão (2017), Alcantara (2019), Nunes (2015), Lima (2019), Dantas (2012), Souza (2013), Bredariol (2006), Mendes (2012), Costa (2018), Souza (2019), Carvalho (2007), Rocha (2014), Machado (2019), Sehn (2020), Folha (2019), Stemberg (2017), Lopes (2011), Bossi (2017), Correa (2012), Santos (2018), Carneiro (2009), Sousa (2010), Silva (2014), Pinheiro (2015), França (2008), Luiz (2013), Gonrig (2014), Conti (2014), Rinaldo (2016), Souza (2014), Nascimento (2019), Freitas (2011), Andrade (2019), Anhão (2009), Zórtea (2007), Almeida (2015), Silva (2017), Vital (2012), Dias (2015), Veiga (2018)	Inclusão	40
Alonso (2018), Fernandes (2013), Guimarães (2019), Batista (2012), Soares (2011), Peixoto (2019), Andrade (2010), Silva (2010), Sasso (2007), Oliveira (2013), Anunciação (2017), Conde (2015), Soares (2015), Campos (2018), Hoeppler (2007), Ferreira (2019), Mondaini (2011), Barreto (2009), Marques (2013)	Práticas pedagógicas	19
López (2010), Vilela (2012), Gonzaga (2010), Silva (2017), Hernandez-Piloto (2018), Miranda (2010), Martins (2018), Pinto (2021), Trindade (2017), Ribeiro (2016), Souza (2018), Oliveira (2014), Lima (2012), Heinrichs (2020), Kuhnen (2011), Oliveira (2015), Souza (2015), Ribeiro (2019)	Políticas públicas de inclusão	18
Amorim (2020), Meirelles (2016), Jesus (2015), Amorim (2015), Meirelles (2011), Santos (2016), Goes (2012), Cotonhoto (2014), Pereira (2011), Silva (2019)	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	10
Bagagi (2010), Raymundo (2010), Teixeira (2016), Chababibery (2015), Aquino (2018), Amaro (2004), Brito (2011), Preto (2009), Carvalho (2004), Gonçalves (2006)	Concepções de aprendizagens	10
Sá (2018), Mendes (2016), Fiorini (2017), Faglieri (2012), Ferreira (2016), Almeida Junior (2018), Freitas (2015), Nascimento (2018), Castro (2011)	Políticas públicas: acesso e permanência	9
Oliveira (2017), Massaro (2016), Silva (2019), Ferreira (2017), Silva (2015), Rodrigues (2013)	Formação continuada de professores	6
Marins (2018), Gualda (2015), Oliveira (2019), Conceição (2019), Miranda (2011)	Famílias de crianças público-alvo da Educação Especial	5
Barboza (2019), Lopes (2012), Silva (2003), Pereira (2019)	O brincar, o jogo e o brinquedo	4
Kobren (2017), Borges (2016), Alves (2007), Kaufmann (2021)	Estimulação precoce	4
Vitta (2004) e Felizardo (2014)	Cuidar e educar	2
Correia (2010) e Dias (2016)	Acessibilidade	2
Zutti (2010) e Rocha (2010)	Tecnologia assistiva	2
Rodrigues (2011) e Pereira (2016)	Relações sociais entre as crianças	2
Loiola (2012)	Formação inicial de professores	1
Carneiro (2006)	Gestão participativa	1
Total de temas	16	135 trabalhos

Fonte: IBICT (2022). Elaboração própria.

O tema predominante é a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, abordado em 40 trabalhos. Esses estudos analisam as práticas das escolas de Educação Infantil para incluir crianças que são público-alvo da Educação Especial, investigando como essa inclusão se efetiva na prática escolar, pois “a discriminação da pessoa com deficiência é, na maioria das vezes, consequência do pouco ou nenhum conhecimento sobre a deficiência, possibilidades e limites, que a pessoa com deficiência possui e de que forma a sociedade poderá auxiliá-la na perspectiva de inclusão social” (Nunes, 2015, p. 43).

Em seguida, com 19 trabalhos, estão aqueles que exploram as práticas pedagógicas e como elas promovem a interação entre professor, aluno e conhecimento nos diferentes espaços e tempos da Educação Infantil. Esses estudos investigam o cotidiano escolar, as atividades oferecidas e o que vem sendo realizado com as crianças que são público-alvo da Educação Especial.

As pesquisas que abordam as políticas públicas inclusivas, totalizando 18 trabalhos, analisam como as políticas de Estado e de governo vêm implementando os preceitos da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades e a oferta de serviços e recursos voltados à eliminação de barreiras e à promoção da inclusão. Esses estudos atribuem especial relevância às políticas públicas de inclusão na Educação Infantil, o que reforça o argumento de Bruno e Nozu (2019, p. 687), ao afirmarem que “as políticas de inclusão na Educação Infantil têm ocupado reduzido espaço no debate acadêmico, sobretudo no que tange ao direito social de crianças com deficiência às creches e pré-escolas”.

As pesquisas sobre as concepções de aprendizagem na criança público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil fornecem entendimento sobre o processo de interação entre professor, criança e aprendizagem. Esses estudos discutem como criar situações que estimulem a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança por meio de atividades lúdicas, promovendo seu crescimento físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo.

Logo em seguida, com dez pesquisas, encontram-se os trabalhos relacionados ao AEE, que se concentram na elaboração e organização de recursos pedagógicos acessíveis para crianças com deficiência, atendendo às suas necessidades específicas.

O AEE tem sido destacado pelas políticas públicas como uma ação prioritária no campo da Educação Especial. Essa ênfase baseia-se na compreensão de que o AEE constitui um serviço pedagógico específico, voltado para oferecer suporte ao processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades. O seu objetivo é complementar a escolarização desses estudantes, respeitando suas particularidades e promovendo a sua plena inclusão. Para isso, o atendimento deve considerar não apenas o aluno individualmente, mas também o contexto coletivo em que está inserido, ou seja, a turma como um todo e os profissionais que atuam diretamente com ele (Meirelles, 2016).

As pesquisas sobre políticas públicas de acesso e permanência na escola, contabilizando nove trabalhos, exploram o acesso público das crianças público-alvo da Educação Especial à Educação Infantil, enfatizando a necessidade de promover igualdade e oportunidades.

A formação continuada de professores, com sete pesquisas, trata da importância do aprimoramento da prática educativa para garantir qualidade no atendimento às crianças da Educação Especial. Esse processo contínuo de formação é fundamental para assegurar uma educação de qualidade para todos.





A formação continuada é uma das dimensões do Desenvolvimento Profissional Docente – DPD, que deve preparar o/a professor/a para atuar em cenários de incertezas e mudanças. Contudo, estar imerso numa formação não é o suficiente para superar as fragilidades oriundas do contexto social, político, educacional, cultural que os/as docentes estão inseridos/as, ou seja, precisamos avaliar alguns aspectos para além da formação (Cruz, 2021, p. 2).

Cinco pesquisas concentram-se na análise do papel das famílias das crianças público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil, com ênfase no aprimoramento do atendimento, na promoção do acolhimento e na valorização da colaboração entre escola e família no processo de desenvolvimento infantil durante o percurso de ensino-aprendizagem.

Quatro pesquisas concentram-se nas práticas de intervenção nos primeiros anos de vida de crianças de 0 a 3 anos, público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil, evidenciando diferentes abordagens voltadas ao desenvolvimento motor e cognitivo. O conjunto desses estudos indica que, embora o tema venha ganhando espaço, a atenção à infância pequena no campo da Educação Especial ainda é incipiente.

É relevante destacar que as ações voltadas ao desenvolvimento nos primeiros anos não se restringem às crianças com deficiência. Conforme Borges (2016), o conjunto de intervenções realizado nessa fase da vida busca favorecer o desenvolvimento integral – físico, emocional, cognitivo e social – de todas as crianças, especialmente daquelas que apresentam atrasos ou dificuldades no desenvolvimento.

Essa fase inicial da vida é considerada crítica para o desenvolvimento humano. Desde o nascimento, o cérebro encontra-se em acelerado processo de formação e responde intensamente às experiências vividas. Por isso, o envolvimento da criança em atividades planejadas e adequadas à sua faixa etária favorece não apenas o avanço em diferentes domínios do desenvolvimento, mas também a construção de vínculos afetivos, a socialização e o enriquecimento de sua percepção de mundo (Borges, 2016).

Quatro trabalhos analisam o papel do brincar na aprendizagem de crianças com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, destacando a indissociabilidade entre cuidar e educar, princípio fundamental estabelecido pela legislação da Educação Infantil (Kishimoto, 2010; Oliveira, 2002). Os estudos evidenciam como as experiências lúdicas impactam positivamente o desenvolvimento dessas crianças, promovendo a autonomia, a socialização e a expressão subjetiva. Trata-se de um tema emergente, ainda pouco explorado na literatura acadêmica, que demanda aprofundamentos teóricos e empíricos, sobretudo no que se refere à mediação pedagógica intencional e às estratégias inclusivas no cotidiano das instituições de Educação Infantil (Kramer, 2007; Mantoan, 2003; Vygotsky, 2000).

Um tema também menos explorado, com apenas três pesquisas, aborda a tecnologia assistiva e acessibilidade que são essenciais para proporcionar às crianças público-alvo da Educação Especial acesso aos recursos e serviços que promovam sua autonomia, independência e qualidade de vida. Segundo Rocha (2010), a combinação de tecnologia assistiva e acessibilidade é crucial para a inclusão social, educacional e profissional de pessoas com deficiência, possibilitando maior participação na sociedade e o alcance do potencial máximo de cada indivíduo.



Por fim, seis pesquisas específicas abordam a creche, destinada às crianças de 0 a 3 anos, representando 4,5% do total de estudos. Essa faixa etária demanda maior atenção das políticas públicas e das instituições de Educação Infantil, visando a contribuir para o desenvolvimento humano desde a infância. Embora não sejam o foco principal das pesquisas, é essencial reconhecer a importância crítica dessa fase inicial e a necessidade de investimento e atenção adequados para garantir um desenvolvimento saudável e equilibrado desde os primeiros anos de vida, impactando positivamente toda a vida do indivíduo e da sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou um panorama das produções acadêmicas de teses e dissertações sobre a Educação Especial na Educação Infantil, disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). O corpus final reuniu 135 trabalhos, sendo 105 dissertações e 30 teses, publicados entre 2003 e 2021, com maior concentração nos períodos de 2010-2012 e 2015-2019. As produções foram elaboradas por 131 autores distintos, em sua maioria do sexo feminino, sob orientação de 25 professores pesquisadores, muitos dos quais também mulheres e reconhecidos como referências na área da Educação Especial.

Essas pesquisas foram desenvolvidas em 30 Instituições de Ensino Superior (IES), das quais 23 são públicas e sete privadas, com destaque para a UFSCar, Unesp, Ufes e USP. A maior parte dos estudos foi realizada nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul do país. Embora a maioria pertença a programas de pós-graduação em Educação, também se identificam contribuições provenientes das áreas da Saúde e das Ciências Sociais Aplicadas, o que confirma o caráter interdisciplinar da temática.

As investigações analisadas abrangem 16 temáticas distintas, que vão desde práticas pedagógicas até políticas educacionais, com ênfase na inclusão de crianças com deficiência em creches e pré-escolas, no AEE e nas políticas públicas. Contudo, nota-se a escassez de estudos que abordem a acessibilidade, as tecnologias assistivas e as interações sociais entre crianças, especialmente na faixa etária de 0 a 3 anos. Além disso, os trabalhos voltados especificamente à creche ainda representam um número reduzido em relação a outras áreas da Educação Infantil, o que revela uma lacuna significativa na literatura.

Recomenda-se que futuras investigações aprofundem a análise de práticas pedagógicas inclusivas, dos diferentes tipos de acessibilidade adotados e das políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento de bebês e crianças pequenas. Torna-se essencial compreender a creche não apenas como espaço de cuidado, mas como território de aprendizagem e constituição de saberes, conforme indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009). Ressalta-se, como limitação deste estudo, a não realização da leitura integral dos trabalhos, o que restringe o aprofundamento temático e metodológico das análises.

Portanto, o mapeamento da produção científica contribui de forma expressiva para a compreensão do campo da Educação Especial na Educação Infantil. Ressalta-se a necessidade de valorizar abordagens analíticas diversificadas e de priorizar a creche como dimensão pedagógica, reconhecendo-a como espaço fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento de conhecimentos de todas as crianças.



REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BORGES, Gabriela Silva Braga et al. A estimulação precoce de crianças público-alvo da educação especial na educação infantil. NEVES, Adriana Freitas; PAULA, Maria Helena de; ANJOS, Petrus Henrique Ribeiro dos (org.). **Estudos interdisciplinares em humanidades e letras**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 225-242. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/openaccess/9788580391664/13.pdf>. Acesso em 4 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria n. 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, CNE, CEB, 2009. Disponível em: https://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.632, de 6 de março de 2018**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13632&ano=2018&ato=004gXR61UeZpWT59a>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza; MEIRELLES, Melina Chassot Benincasa. Atos de Ler a Educação Especial na Educação Infantil: reordenações políticas e os serviços educacionais especializados. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 745-769, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ftn4dkrrJnTYG9JYjzcVBjN/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da Educação Infantil. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 56-67, ago./dez. 2008. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_2/rev_n2_5_bruno.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRUNO, Maria Moraes Garcia. A política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: algumas reflexões sobre as práticas discursivas e não discursivas. In: REUNIÃO DA ANPED – EDUCAÇÃO NO BRASIL: O BALANÇO DE UMA DÉCADA, 33, 2010, Caxambu. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPED, 2010. p. 1-13. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT15-6071--Int.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.



BRUNO, Marilda Moraes Garcia; NOZU, Washington Cesar Shoit. Política de Inclusão na Educação Infantil: Avanços, limites e desafios. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 686-701, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12199/8050>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia. Práticas Educativas Inclusivas na Educação Infantil: uma Revisão Integrativa de Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 27, p. e0231, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/TSxBRBNCnfKJnHLfMSwpYVP>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CRUZ, Lilian Moreira; MENEZES, Claudia Celeste Lima Costa; COELHO, Livia Andrade. Formação continuada de professores/as da Educação Infantil num contexto pandêmico: reflexões freirianas. **Revista Práxis Educacional**, Salvador, v. 17, n. 47, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6954/695474074010/html/>. Acesso em 1 jul. 2025.

HAYASHI, Maria C. P. I. H. **Análise bibliométrica**: leituras teóricas, procedimentos metodológicos e protocolo de coleta de dados. São Carlos, 2014. (mimeo).

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2010.

KRAMER, Sílvia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do possível. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Michelle Castro. A feminização do magistério: o lugar da mulher como professora no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1706-1732, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v20n67/1981-416X-rde-20-67-1706.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

LIMA, Rafaela de Souza; SILVA, João Henrique da. Feminização do magistério na rede municipal de ensino de Sorocaba sob a perspectiva dos professores. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 26, n. 57, p. 209-230, maio 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v20n67/1981-416X-rde-20-67-1706.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MEIRELLES, Melina Chassot Benincasa. **Educação infantil e atendimento educacional especializado**: configurações de serviços educativos no Brasil e na Itália. 2016. 177f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148283/001002490.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 jul. 2025.

NUNES, Monica Isabel Canuto. **Crianças público-alvo da educação especial na educação infantil**. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Regional Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Monica-Isabel-Canuto-Nunes.pdf>. Acesso em 30 jun. 2025.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, Henrique César Melo. Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros. **BíbliOS**, Pittsburgh, n. 69, p. 1-20, out. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n69/a01n69.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. **Processo de prescrição e confecção de recursos de tecnologia assistiva para educação infantil**. 2010. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f1a31f24-8b68-464b-9f06-3339be8ff873/content>. Acesso em: 1 jul. 2025.



SANTANA, Maria Luzia da Silva; MAEKAWA, Elisangela Mitiko Higa Kubota. Educação Especial na Educação Infantil: uma revisão sistemática. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 53-62, 2023. Disponível em: <https://revistaensinoeeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/9397/6684>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, Carla Cilene Baptista da Silva. **O lugar do brinquedo e do jogo nas escolas especiais de educação infantil**. 2003. 168 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18092003-175503/publico/TESEVIRTUAL.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. **Primeira infância e situações de deficiências**: elementos para uma análise do (não) direito à educação. 2017. 331 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-08052018-105555/publico/CLEBER_NELSON_DE_OLIVEIRA_SILVA_rev.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

SILVA, João Henrique da; SANTOS, Mariana Pereira Rochel dos. Estado da arte sobre educação escolar de alunos com dislexia no período de 2007 a 2016. **Revista Educação Especial em Debate**, Vitória, v. 5, n. 10, p. 126-145, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/32825/23271>. Acesso em: 1 jul. 2025.

VÍGARI, Michele Padilla Pedroso. **A Construção da Autonomia no Cotidiano da Educação Infantil**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniso.br/server/api/core/bitstreams/816791dc-8bd0-4368-8a83-d-9dd024ae859/content>. Acesso em: 1 jul. 2025.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras completas**. Tomo Cinco: Fundamentos da Defectologia. Trad. do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais. Cascavel: Ed. Unioeste, 2019, p. 91-108.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



contrapontos

